

DESPACHO N.º 2/SGMDN/2026

Designação, em substituição, no cargo de Diretora de Serviços dos Sistemas de Informação (DSSI) da SGMDN - Tenente-Coronel Fernanda Maria Alves Paulo

O Decreto Regulamentar n.º 6/2015, de 31 de julho, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), encontrando-se a atual estrutura nuclear, bem como as inerentes competências, definidas pela Portaria n.º 290/2015, de 18 de setembro, na qual se inclui a Direção de Serviços dos Sistemas de Informação, unidade orgânica dirigida por um titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Considerando a vacatura do lugar, de modo a garantir o normal funcionamento do serviço, impõe-se a designação de dirigente para o cargo a que se refere a alínea g) do n.º 1 do artigo 1.º da referida Portaria n.º 290/2015.

Assim, observando-se o disposto no artigo 147.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, e demais requisitos legais exigidos, bem como a detenção da competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções, designo em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços dos Sistemas de Informação da SGMDN, a Tenente-Coronel Técnica de Informática 106877-G Fernanda Maria Alves Paulo, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

O presente despacho produz efeitos a 22 de janeiro de 2026

O Secretário-Geral,

**Fernando
Serafino**

Assinado de forma
digital por
Fernando Serafino
Dados: 2026.01.22
18:23:17 Z

Fernando C. V. C. Serafino
Tenente-General

DEFESA NACIONAL**Secretaria-Geral****Despacho n.º 346/2025**

Sumário: Designação, em regime de substituição, no cargo de diretora de serviços de Planeamento e Coordenação da Tenente-Coronel Alexandra Filipe Lages de Carvalho Magalhães Martins.

O Decreto Regulamentar n.º 6/2015, de 31 de julho, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SGMDN), encontrando-se a atual estrutura nuclear, bem como as inerentes competências, definidas pela Portaria n.º 290/2015, de 18 de setembro, na qual se inclui a Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação, unidade orgânica dirigida por um titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Considerando o impedimento do anterior diretor de serviços, de modo a garantir o normal funcionamento do serviço, impõe-se a designação de dirigente para o cargo a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º da referida Portaria n.º 290/2015.

Assim, observando-se o disposto no artigo 147.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, e demais requisitos legais exigidos, bem como a detenção da competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções, designo em regime de substituição, no cargo de Diretora de Serviços de Planeamento e Coordenação da SGMDN, a Tenente-Coronel de Administração Alexandra Filipe Lages de Carvalho Magalhães Martins, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual.

Para efeitos do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da citada Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos a 01 de janeiro de 2025.

23 de dezembro de 2024. — O Secretário-Geral, Fernando Celso Vicente de Campos Serafino.

ANEXO**Síntese Curricular**

A Tenente-Coronel Alexandra Filipe Magalhães Martins ingressou na Academia Militar, em 1998, no curso de Ciências Militares, especialidade de Administração Militar.

Após conclusão do curso, foi colocada, em 2003, na Escola Militar Eletromecânica, em Paço d'Arcos onde foi adjunta financeira.

Em 2004 foi colocada na Escola Prática dos Serviços na Póvoa de Varzim, onde desempenhou várias funções como adjunta do chefe da Secção Logística e foi formadora em diversos cursos de formação nas áreas de finanças, contabilidade e logística.

Em 2010 foi colocada na Direção de Finanças do Exército em Lisboa onde desempenhou as funções de chefe da secção de planeamento orçamental da Repartição de Gestão Orçamental.

Após conclusão do Curso de Promoção a Oficial Superior, no Instituto de Estudos Superiores Militares, em 2014, foi colocada no Colégio Militar onde foi Comandante de uma companhia de alunos.

Em 2015 é colocada na Direção de Finanças como chefe da Secção de Planeamento e Informação Orçamental; mais tarde, em 2017, chefe da Secção de Controlo e Apoio à Execução Orçamental da Repartição de Gestão Orçamental, e em 2019 passou a desempenhar a função de chefe da Secção de Auditoria e Prestação e Contas, até 2020.

De 2020 a agosto de 2023, foi colocada no Comando das Forças Terrestres (CFT) tendo sido inicialmente adjunta da Repartição de Finanças do Estado Maior do CFT e posteriormente assumiu a chefia da repartição.

Em 2022 integrou uma missão da União Europeia em Moçambique como chefe da Célula de Finanças.

Entre agosto de 2023 e março de 2024 desempenhou funções de técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado da Defesa Nacional do XXIII Governo Constitucional.

Desde 5 de abril de 2024, até à presente data, desempenhou funções de técnica especialista no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional do XXIV Governo Constitucional.

318507078

**DEFESA NACIONAL****Secretaria-Geral****Despacho n.º 5507/2023**

Sumário: Designação, em comissão de serviço, no cargo de diretor de serviços de Planeamento e Coordenação do licenciado Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana.

Designação, em comissão de serviço, no cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação, do licenciado Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana

A Portaria n.º 290/2015, de 18 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, encontrando-se no seu artigo 2.º estabelecidas as competências da Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação, enquanto unidade orgânica dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Para efeitos do provimento, em comissão de serviço, de titular do referido cargo de direção intermédia de 1.º grau, e nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação (diploma que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado), procedeu-se à abertura de procedimento concursal, tendo em vista o recrutamento e seleção de dirigente.

Concluído o procedimento concursal, o júri propôs a designação do candidato Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana para exercer o cargo dirigente em apreço, por considerar que possui os requisitos formais de provimento, e porque revelou possuir o perfil, a aptidão, a experiência, a competência e os conhecimentos necessários e adequados para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover.

Assim:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da supra referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o Dr. Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana, técnico superior do mapa de pessoal Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, para exercer o cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação.

2 — Nos termos do n.º 11 do referido artigo 21.º do EPD, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2023.

11 de abril de 2023. — O Secretário-Geral, *João Miguel Martins Ribeiro*.

Síntese Curricular

Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana, natural de Monchique, nasceu em 10/01/1969.

Ingressou na administração pública em 01/12/1991 onde tem vindo a exercer diversos cargos, nomeadamente, Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação (desde 2015) da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional; Chefe de Divisão de Gestão Interna da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (2013-2015); Diretor de Serviços de Informação e Relações Públicas da ADSE (2012-2013), Vice-Presidente do Instituto Português da Juventude com os pelouros Financeiro, Administrativo, Jurídico e Associativismo (2008-2012), Diretor de Departamento de Associativismo (2006-2008). Exerceu ainda funções de Presidente do Conselho de Fundadores da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação; Representante da área da juventude no Conselho Consultivo da Fundação INATEL; Assessor do Gabinete do Secretário da Administração Interna para as áreas do processo eleitoral, policiamento de proximidade e programa de informatização das juntas de freguesias (REGIFREG). Teve ainda outras experiências profissionais de coordenação e gestão como coordenador do Núcleo de Promoção e Imagem do IPJ, Gestor do



projeto e coordenador operacional da Linha da Juventude, Coordenador Nacional de comunicação e imagem da área da juventude.

Fez parte de diversas comissões e grupos de trabalho nomeadamente o Grupo de Trabalho para o Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio a Deficientes Militares; Comissão para a revisão da Lei de Infraestruturas Militares (LIM); Comissão para a revisão da Lei de Programação Militar (LPM); Grupo de Trabalho para a Revisão do Regulamento do Lar Militar da CVP; Grupo de Trabalho para a Criação do Quadro de Praças do Exército e Força Aérea; Grupo de trabalho para o acompanhamento do processo do DIANA e NATO Innovation Fund; Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio aos Militares e ex-Militares Portadores de Perturbação Psicológica Crónica Resultante da Exposição a Fatores de Stress Durante a Vida Militar; Comissão Técnica de acompanhamento da LPM; Comité de Acompanhamento das Novas Estruturas de Comando Nato; Grupo de Acompanhamento do Planeamento da Defesa; Comissão Técnica para a redação da LO do MDN, Comissão de Acompanhamento responsável pela verificação da implementação do Campus de Saúde Militar e da execução operacional da expansão do HFAR/PL, Grupo interministerial, coordenado pela Autoridade Marítima Nacional, para delineação da estratégia integrada de prevenção e segurança para as atividades realizadas nas praias, piscinas e recintos de diversão aquática, Comité de Seleção do Programa Europeu Juventude em Ação, Comissão Interministerial para o Dia da Defesa Nacional, Comissão Interministerial para o Programa PIJVA.

É licenciado em Design tendo frequência do Curso e Alta Direção em Administração Pública.

Participou em diversas conferências, seminários e ações de formação subordinadas a temas relativos à gestão orçamental, contratação pública, gestão de RH, fundos comunitários, gestão de projetos e planeamento estratégico.

316427898

Despacho n.º 08/SG/2023

Designação, em comissão de serviço, no cargo de Diretora de Serviços de Administrativos e Financeiros - Dr.ª Dina Maria Barros Casimiro

A Portaria n.º 290/2015, de 18 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, encontrando-se no seu artigo 3.º estabelecidas as competências da Direção de Serviços Administrativos e Financeiros, enquanto unidade orgânica dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Para efeitos do provimento, em comissão de serviço, do titular do referido cargo de direção intermédia de 1.º grau, e nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação (diploma que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado), procedeu-se à abertura de procedimento concursal, tendo em vista o recrutamento e seleção de dirigente.

Concluído o procedimento concursal, o júri propôs a designação da candidata **Dina Maria Barros Casimiro** para exercer o cargo dirigente em apreço, por considerar que possui os requisitos formais de provimento, e porque revelou possuir o perfil, a aptidão, a experiência, a competência e os conhecimentos necessários e adequados para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover.

Assim:

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da supra referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, a Dr.ª Dina Maria Barros Casimiro, técnica superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional para exercer o cargo de Diretora de Serviços Administrativos e Financeiros.

2 - O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2023.

Lisboa, 28 de fevereiro.

O Secretário-Geral,

JOÃO MIGUEL
MARTINS RIBEIRO

Assinado de forma digital por
JOÃO MIGUEL MARTINS
RIBEIRO
Dados: 2023.02.28 17:57:17 Z

Despacho n.º 07/SG/2023

Designação, em comissão de serviço, no cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação - Dr. Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana

A Portaria n.º 290/2015, de 18 de setembro, estabeleceu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, encontrando-se no seu artigo 2.º estabelecidas as competências da Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação, enquanto unidade orgânica dirigida por titular de cargo de direção intermédia de 1.º grau.

Para efeitos do provimento, em comissão de serviço, do titular do referido cargo de direção intermédia de 1.º grau, e nos termos do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na atual redação (diploma que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado), procedeu-se à abertura de procedimento concursal, tendo em vista o recrutamento e seleção de dirigente.

Concluído o procedimento concursal, o júri propôs a designação do candidato **Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana** para exercer o cargo dirigente em apreço, por considerar que possui os requisitos formais de provimento, e porque revelou possuir o perfil, a aptidão, a experiência, a competência e os conhecimentos necessários e adequados para o exercício das funções inerentes ao cargo a prover.

Assim:

1 - Ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da supra referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, designo em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, o Dr. Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana, técnico superior do mapa de pessoal do Instituto Português do Desporto e Juventude, IP, para exercer o cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação.

2 - O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2023.

Lisboa, 28 de fevereiro.

O Secretário-Geral,

JOÃO MIGUEL
MARTINS RIBEIRO

Assinado de forma digital por
JOÃO MIGUEL MARTINS
RIBEIRO
Dados: 2023.02.28 17:58:11 Z